
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tupy S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente, “Companhia” ou “Consolidado”), possuem relevante posição nacional e internacional na atividade de fundição de ferro, maior fundição do mundo em blocos e cabeçotes de motor em ferro fundido com diversificada base de clientes nos continentes americano, europeu e asiático, atuando nos segmentos de produtos automotivos (blocos, cabeçotes e peças) e produtos industriais (conexões, granelhas e perfis), com plantas industriais no Brasil em Joinville-SC e Mauá-SP e no México nas cidades de Saltillo e Ramos Arizpe. Além das plantas industriais, a Controladora possui sociedades no exterior, funcionando como extensão das atividades do Brasil e atuando na logística, comercialização e assistência técnica.

A Tupy é uma sociedade anônima, com sede em Joinville-SC, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”: TUPY3 e TUPY4) e tem como principais acionistas a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, que conjuntamente detém 71,2% do capital social.

Aquisição de plantas industriais no México

Em 16 de abril de 2012 a Controladora concluiu processo de aquisição de 100% do capital de duas empresas por R\$ 913.866 (nota 33), com plantas industriais voltadas ao segmento de produtos automotivos, conforme segue:

- Tupy México Saltillo S.A. de C.V., e a sociedade prestadora de serviços, Diesel Servicios Industriales, com sede em Saltillo;
- Technocast S.A. de C.V., e a sociedade prestadora de serviços, Servicios Industriales Technocast S.A. de C.V., com sede em Ramos Arizpe.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram inicialmente emitidas e aprovadas pela Diretoria da Companhia, em 8 de fevereiro de 2013. Todavia em atendimento às determinações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM as notas 3, 9, 15, 31, 32 e 33 foram alteradas em relação àquelas anteriormente apresentadas.

As demonstrações financeiras contendo as alterações acima mencionadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 22 de março de 2013 e reapresentadas na mesma data.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais, as quais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas; e

- As demonstrações financeiras consolidadas, as quais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido da Controladora. No caso da Tupy S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) seria pelo custo ou valor justo.

2.1. Base de elaboração, moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), exceto para as empresas localizadas no México onde a moeda funcional é o Dólar (US\$). A moeda de preparação e apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real (R\$).

2.2. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas ao final de cada exercício. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de prejuízo fiscal e/ou diferenças temporárias nas demonstrações financeiras. É registrada uma provisão para perda de ativos fiscais quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 120.436 (R\$ 20.184 em 31 de dezembro 2011). (Nota 20)

Obrigações de benefícios de aposentadoria e pós emprego.

O valor atual de obrigações de planos de benefícios de aposentadoria e pós emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de benefícios de aposentadoria e pós emprego. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimentos próximos aos prazos das respectivas obrigações de benefícios de aposentadoria e pós emprego.

Outras premissas importantes para as obrigações de benefícios de aposentadoria e pós emprego se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma diferença de 10% em relação às estimativas da administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão seria de R\$ 612 a menos ou a mais.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado. Contudo, a volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas de juros gerando variações significativas no valor de mercado dos *swaps* e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo.

O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das demonstrações financeiras. (Nota 32)

Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é conforme as práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica do ativo imobilizado. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada planta industrial. As vidas úteis do ativo imobilizado também afetam os testes de recuperação, quando necessário.

A Companhia não acredita que existam indicativos de alterações materiais nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade do ativo imobilizado. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

Contabilização de combinação de negócios e indicação de não recuperação (“impairment”) de ágio e ativos intangíveis

A Companhia faz julgamentos significativos no processo de identificação dos ativos e passivos tangíveis e intangíveis, na determinação do valor de tais ativos e passivos e da vida útil remanescente dos mesmos. Normalmente contratamos empresas de avaliação terceirizadas para auxiliar a Companhia na determinação do valor dos ativos e passivos adquiridos. A avaliação desses ativos e passivos baseia-se em premissas e critérios que incluem, em alguns casos, estimativas de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas taxas adequadas. A utilização de premissas diferentes daquelas utilizadas para fins de avaliação, incluindo estimativas de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, podem ter resultado em estimativas diferentes dos valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia testa anualmente seu ágio e outros ativos de longo prazo sempre que acontecimentos e circunstâncias indicam que os fluxos de caixa descontados estimados para serem gerados por tais ativos são menores do que o valor contábil desses itens. As estimativas de fluxo de caixa baseiam-se nos resultados históricos ajustados para refletir a melhor estimativa de mercado e condições operacionais da Companhia. As estimativas dos valores reais usadas, pela Companhia, para calcular a perda por redução do valor de recuperação, se houver, representam a melhor estimativa da Companhia com base nos fluxos de caixa previstos, tendências do setor e referência às taxas e operações de mercado. A perda por redução do valor de recuperação também pode ocorrer quando decidimos alienar ativos.

O valor contábil do ágio (*goodwill*) da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 41.226. (Nota 33)

Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas

As provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pelo departamento jurídico e seus consultores jurídicos. O registro das contingências ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

O valor contábil das provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 99.748 (R\$ 91.403 em 31 de dezembro 2011). (Nota 19)

2.3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

Controladas

Em 31 de dezembro de 2012 as controladas consolidadas são:

		Participação no capital social (%)	Participação no capital votante	Localização da sede
Controladas Diretas				
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	(a)	100,00	100,00	México
Technocast, S.A. de C.V.	(a)	100,00	100,00	México
Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.V.	(b)	100,00	100,00	México
Tupy American Foundry Co.	(c)	100,00	100,00	EUA
Tupy American Iron & Alloys Co.	(d)	100,00	100,00	EUA
Tupy Europe GmbH	(c)	100,00	100,00	Alemanha
Tupy Argentina S.R.L.	(d)	100,00	100,00	Argentina
Tupy Agroenergética Ltda.		100,00	100,00	Brasil
Companhia Técnica de Fundições Gerais SA. - Sofunge		100,00	100,00	Brasil
Controladas Indiretas				
Diesel Servicios Industriales, S.A. de CV	(b)	100,00	100,00	México

Principais atividades das empresas controladas:

- (a) Plantas industriais voltadas ao segmento de produtos automotivos;
- (b) Prestadoras de serviços industriais para controladas no México;
- (c) Sociedades no exterior, funcionando como extensão das atividades do Brasil e atuando na logística, comercialização e assistência técnica do segmento de produtos automotivos;

- (d) Sociedades no exterior, funcionando como extensão das atividades do Brasil e atuando na logística, comercialização e assistência técnica do segmento de produtos industriais.

Controladas são todas as empresas nas quais a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, e detém uma participação total dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as aquisições no México, que consideram os ativos e passivos assumidos, conforme descrito na nota 33, além do resultado apurado entre o dia 16 de abril e o dia 31 de dezembro de 2012.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos, transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as empresas controladas e a Controladora, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Lucros ou prejuízos não realizados oriundos de transações com as empresas controladas e a Controladora são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora naquela controlada.

b. Conversão de moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “variações monetárias e cambiais líquidas”.

As variações cambiais dos títulos monetários em moeda estrangeira classificados pelo custo amortizado são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários estão incluídas na conta ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas controladas pela Controladora no México, cuja moeda funcional é o Dólar (US\$) e são diferentes da moeda de apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, são convertidos para moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias.
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".
- Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

As empresas controladas pela Controladora no exterior, exceto as no México, são consideradas extensões do negócio da Controladora e operam na mesma moeda funcional.

c. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem em caixa, depósitos em contas bancárias, aplicações financeiras no Brasil e no exterior, bem como aquisição de títulos de liquidez imediata, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, os quais representam risco insignificante de mudança de valor. (nota 3)

e. Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo aplicações financeiras e investimentos em instrumentos patrimoniais, são ativos financeiros designados ao valor justo, uma vez que a administração gerencia esses ativos financeiros através do valor justo. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido para ser oferecido em garantia a empréstimos obtidos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. (notas 3 e 5)

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira

O montante da perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por redução ao valor recuperável é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar a redução ao valor recuperável com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a redução ao valor recuperável ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições a riscos de variação de moeda estrangeira.

Tais instrumentos são reconhecidos pelo valor justo; custos de transação atribuíveis e as variações no valor justo de qualquer instrumento derivativo são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro".

f. Contas a receber

Estão apresentadas a valores de custo amortizado, menos perdas do valor recuperável, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas de créditos junto a clientes, é reconhecida com base em análises quantitativas e qualitativas da carteira de títulos a receber. (nota 5)

g. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total de custos industriais, ajustado ao valor realizável líquido, quando aplicável.

O custo dos estoques inclui os gastos incorridos na aquisição dos insumos, transporte até sua localização atual e todos os custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, incluindo depreciação, necessários à transformação dos insumos em produtos acabados comercializáveis. O custo dos estoques não excede o menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos e despesas para realizar a venda. A análise para a constituição de provisão considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência. (nota 6)

h. Ferramentais de terceiros

Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos com clientes. São avaliados pelo custo de aquisição e construção, deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Quando terminados são faturados aos clientes e permanecem na Companhia, suportados por contrato de comodato, para serem utilizados no processo produtivo.

i. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (nota 7, 20 e 26)

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se houver direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionarem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data do balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. (nota 20)

j. Propriedades para investimentos

Os ativos classificados como propriedades para investimentos são mensurados pelo custo e seguem a política contábil descrita no item k. (nota 11)

k. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. (nota 13)

O custo histórico de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à instalação do ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui os materiais, a mão de obra e quaisquer outros custos necessários para colocar o ativo no local e em condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida. Ambos incluem os custos de empréstimos enquanto mantidos em imobilizações em andamento, para os respectivos ativos qualificáveis.

Depreciação

A depreciação é calculada a partir do custo de um ativo e com base na vida útil estimada de cada ativo, ou das partes de cada ativo, pelo método linear, considerando que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, como segue:

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

A depreciação dos bens não produtivos está sendo alocada diretamente ao resultado e a dos bens utilizados na operação incorpora o custo dos estoques.

I. Intangíveis

Ágio:

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

Demais intangíveis

Os demais ativos intangíveis são o relacionamento contratual com clientes e o acordo de não concorrência, são provenientes de uma combinação de negócios. Estão registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida e são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

A amortização é reconhecida como outras despesas operacionais. (nota 14)

m. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por redução ao valor recuperável, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão da redução ao valor recuperável na data do balanço.

n. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

o. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. (nota 15)

p. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo (Salários e encargos sociais)

Os benefícios de curto prazo são obrigações a empregados e os encargos relacionados, são mensurados quando incorridos e registrados como despesas conforme o serviço for prestado.

O passivo relativo ao programa de participação no resultado de curto prazo é reconhecido pelo valor estimado a ser pago pela Companhia. (nota 17)

Obrigações de benefícios de aposentadoria e pós emprego

A Companhia possui planos de benefícios definidos nas operações no México, os planos são financiados por pagamentos a seguradoras ou fundos fiduciários e determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de contribuição definida para as operações no Brasil.

Plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados no resultado o exercício em que forem apurados os ganhos e as perdas atuariais.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. (nota 18)

q. Adiantamentos de clientes

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais que serão utilizados no processo produtivo. São registrados pelos valores contratados e atualizados pela variação cambial quando aplicável e liquidados quando do faturamento do objeto da transação, a receita proveniente do adiantamento de clientes é reconhecida quando da conclusão da construção de ferramentais e com a aprovação do ferramental pelo cliente.

r. Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. É constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até as datas dos balanços, observada a natureza de cada provisão e apoiada na opinião de advogados internos e externos à Companhia. (nota 19)

s. Receitas

As receitas são apresentadas líquidas dos tributos e dos descontos incidentes. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. (nota 22)

t. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, quando houver. (nota 27)

u. Demonstrações de valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no *CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado*. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

v. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- . IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.
- . IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia não possui perdas ou ganhos atuarias acumulados não reconhecidos.
- . IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A

principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

- . IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.
- . IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Sua adoção não trará impactos, uma vez que a Companhia não possui investimentos em *joint ventures*.
- . IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.
- . IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos no país	2.171	2.766	2.397	2.883
Aplicações financeiras no país	283.891	1.232.083	283.891	1.232.083
Aplicações financeiras no exterior	153.163	173.584	374.149	186.119
	439.225	1.408.433	660.437	1.421.085

As aplicações financeiras no país são remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com taxa média equivalente de 7,03% ao ano e no exterior à taxa média de 0,45% ao ano (taxas médias de 11,07% e 0,55% ao ano, respectivamente, em dezembro de 2011).

A exposição ao risco de taxa de juros e análise de sensibilidade para os ativos financeiros estão divulgados na nota de instrumentos financeiros. (nota 32).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Controladora e consolidado		
	2012	2011
Saldo inicial	24.192	19.963
Resgates	(5.683)	-
Variações no valor justo	1.928	4.229
	20.437	24.192

São remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, à taxa média equivalente de 7,18% ao ano (taxa média de 11,31% ao ano em dezembro de 2011) e vinculadas em operações com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (nota 15)

5. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber de clientes indicados por mercado e por prazo de recebimento estão refletidos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Mercado interno	64.059	115.693	64.059	115.838
Mercado externo	69.703	105.903	183.696	155.762
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.525)	(1.925)	(3.068)	(1.925)
	132.237	219.671	244.687	269.675

O saldo de contas a receber do mercado interno é composto exclusivamente em Reais e do mercado externo predominantemente em Dólar (US\$).

O montante de contas a receber da Controladora, no mercado externo, inclui valores referentes a partes relacionadas que são eliminados na consolidação. (nota 9)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A vencer até 30 dias	78.501	146.720	153.513	195.753
A vencer de 31 a 60 dias	24.435	44.351	53.438	49.359
A vencer acima de 61 dias	19.265	22.419	8.573	13.597
Total A Vencer	122.201	213.490	215.524	258.709
Vencidas até 30 dias	5.600	2.980	10.200	4.360
Vencidas de 31 a 60 dias	4.402	3.103	11.936	6.508
Vencidas acima de 61 dias	1.559	2.023	10.095	2.023
Total Vencidas	11.561	8.106	32.231	12.891
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.525)	(1.925)	(3.068)	(1.925)
Total	132.237	219.671	244.687	269.675

A Companhia realiza análise quantitativa e qualitativa da carteira de títulos a receber para determinar a provisão para perdas em recebíveis. Os títulos vencidos dos principais clientes da Companhia são analisados qualitativamente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa por categoria de atraso, esta apresentado abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Mercado interno	De 61 a 180 dias	35	98	35	98
	Acima de 180 dias	974	712	974	712
Mercado externo	De 61 a 180 dias			736	-
	Acima de 180 dias	516	1.115	1.323	1.115
		1.525	1.925	3.068	1.925

Durante o exercício, a provisão para devedores duvidosos apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	(1.925)	(3.278)	(1.925)	(3.278)
Adições	(484)	(1.120)	(2.027)	(1.120)
Reversões	741	-	741	-
Baixas	143	2.473	143	2.473
Saldo final	(1.525)	(1.925)	(3.068)	(1.925)

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados	76.352	71.511	136.502	89.588
Produtos em elaboração	32.826	26.275	47.713	26.275
Matérias-primas	27.429	33.251	42.769	33.251
Materiais de processo	19.281	41.618	28.792	41.618
Materiais de manutenção e outros	33.713	33.890	40.451	33.890
Provisão para perdas	(3.102)	(2.361)	(5.392)	(2.361)
	186.499	204.184	290.835	222.261

A provisão para perdas durante o exercício apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	(2.361)	(3.867)	(2.361)	(3.867)
Adições	(741)	-	(3.031)	-
Baixas por perda	-	1.506	-	1.506
Saldo final	(3.102)	(2.361)	(5.392)	(2.361)

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o período em relação às operações continuadas foi de R\$ 2.211.858 (R\$ 1.745.632 em 31 de dezembro de 2011).

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante	659	28.786	1.796	29.840
Não Circulante	50.256	-	50.256	-
	50.915	28.786	52.052	29.840

São decorrentes de tributos sobre o lucro real, pagos a maior em 2011 e 2012 em função da forma de tributação pelo lucro real mensal com ajuste anual.

A Companhia esta apresentando o saldo de imposto de renda e contribuição social em R\$ 50.256 como não circulante em virtude da expectativa da compensação do pagamento do imposto de renda e contribuição social para o exercício de 2013, com os tributos federais a recuperar apresentados na nota 8.

8. DEMAIS TRIBUTOS A RECUPERAR

Os demais tributos a recuperar, classificados em função da expectativa de realização, são representados como segue:

	2012			2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladora						
(a) Crédito prêmio de IPI 1979/1981	31.020	-	31.020	53.647	-	53.647
(b) Crédito prêmio de IPI 1988/1990	-	78.217	78.217	-	63.227	63.227
(c) ICMS a recuperar - SP	-	27.537	27.537	-	22.938	22.938
(d) ICMS a recuperar - SC	9.260	11.495	20.755	11.644	7.005	18.649
(e) Benefício Reintegra	32.920	-	32.920	-	-	-
(f) COFINS, PIS e IPI a recuperar	2.116	-	2.116	1.048	-	1.048
	75.316	117.249	192.565	66.339	93.170	159.509
Controladas						
(g) Imposto sobre valor agregado - IVA	50.124	1.848	51.972	4.393	1.787	6.180
Consolidado	125.440	119.097	244.537	70.732	94.957	165.689

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

a. Crédito Prêmio de IPI - Exportações 1979 a 1981.

Trata-se do benefício fiscal originário das exportações realizadas pela Companhia entre os anos de 1979 e 1981, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado em dezembro de 2003. A decisão de execução de sentença transitou em julgado em março de 2011. Em abril de 2011 a Companhia apresentou pedido de desistência dos atos executórios, visando a satisfação do crédito no âmbito administrativo, que foi acolhido em junho de 2011 e transitado em julgado em agosto de 2011.

Em setembro de 2011 a Companhia requereu, perante a Receita Federal do Brasil, a habilitação integral do referido crédito e, em fevereiro de 2012 o pedido foi deferido, o que permitiu a compensação de R\$ 22.627 com tributos federais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. As expectativas apontam para a utilização integral nos próximos 12 meses.

b. Crédito Prêmio de IPI – Exportações Jun/1988 a Out/1990.

Originário das exportações realizadas pela Companhia entre os meses de junho de 1988 e outubro de 1990, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão do Superior Tribunal de Justiça transitada em julgado em abril de 2009.

A Companhia protocolou, em 25 de janeiro de 2012, o pedido de liquidação da referida sentença e a expectativa é de que tal processo seja concluído em até três anos, o que permitirá a realização do crédito mediante a emissão de precatórios.

Em 22 de março de 2012, foi deferida a realização da prova pericial, com posterior solicitação de apresentação de quesitos. A Companhia já apresentou os pertinentes quesitos de sua parte.

Considerando a referida expectativa de realização, a Companhia realizou ajuste a valor presente de R\$ 16.446 (R\$ 28.561 em 2011). O saldo a valor futuro em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 94.663 (R\$ 91.788 em 2011).

c. ICMS a recuperar em São Paulo.

São créditos decorrentes de compras de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura de produtos exportados. A Companhia está em fase de conclusão de estudo que irá determinar a expectativa de utilização do crédito.

d. ICMS a recuperar em Santa Catarina.

São créditos decorrentes de compras de ativos imobilizados, no montante de R\$ 20.755, realizáveis em 48 parcelas conforme a legislação estadual aplicável (R\$ 18.649 em 2011).

e. Benefício Reintegra.

São créditos decorrentes do benefício instituído pela Medida Provisória 540 de 2 de agosto de 2011 e regulamentado pelo Decreto nº 7.633 de 1º de dezembro de 2011, com vigência prorrogado até 31 de dezembro de 2013 pelo Medida Provisória 601 de 28 de dezembro de 2012. O montante reconhecido até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 32.920 e as projeções da Companhia apontam para a realização mediante compensação de tributos federais durante o ano de 2013.

f. COFINS, PIS e IPI a recuperar

São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo e são compensados com os tributos incidentes na venda de mercadorias.

g. Imposto sobre valor agregado - IVA

São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo nas controladas no exterior e são compensados com os tributos incidentes na venda de mercadorias.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações da Controladora com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

a. Empresas controladas:

Balço patrimonial	Direitos a receber		Obrigações	
	2012	2011	2012	2011
Tupy American Foundry Co.	4.444	21.924	-	-
Tupy American Iron & Alloys Co.	-	2	-	-
Tupy Europe GmbH	6.048	7.170	-	-
Tupy Argentina S.R.L.	2.163	1.992	-	-
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	-	-	176	-
Tupy Agroenergética Ltda.	-	-	61	158
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	-	-	1.415	1.527
	12.655	31.088	1.652	1.685

Demonstração do resultado	Receita de vendas		Desp. financeira / Compras	
	2012	2011	2012	2011
Tupy American Foundry Co.	366.693	340.403	-	-
Tupy American Iron & Alloys Co.	1.613	4.778	-	-
Tupy Europe GmbH	122.010	147.965	-	-
Tupy Argentina S.R.L.	957	519	-	-
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	-	-	176	-
Tupy Agroenergética Ltda.	-	-	(1)	(25)
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	-	-	(4)	(19)
	491.273	493.665	171	(44)

Os direitos a receber e as receitas de vendas da Controladora com suas controladas são representadas basicamente por operações de venda de mercadorias dos segmentos de produtos automotivos e industriais. Os valores respeitam as tabelas de preços de vendas praticados pela companhia e os prazos são de 60 a 90 dias, conforme estabelecido entre as partes.

As obrigações representam empréstimos de mútuo de controladas no Brasil, com prazo indeterminado, remunerados pela variação da TR – Taxa Referencial.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as partes relacionadas não apresentavam títulos em atraso, e dessa forma a Companhia não possui provisão para perda desses recebíveis.

b. Principais acionistas:

A Companhia tem como principais acionistas a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

A Controladora mantém contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, conforme detalhado na nota 15.

c. Remuneração dos administradores

	Conselho de Administração		Diretoria Executiva	
	2012	2011	2012	2011
Remuneração Fixa	864	800	2.909	2.916
Remuneração Variável	-	-	825	1.474
	864	800	3.734	4.390

A remuneração global anual aprovada em AGO/E é de R\$ 10.311 (R\$ 9.000 em 2011).

A remuneração dos administradores estatutários ocorre apenas na Controladora, portanto, não há remuneração nas empresas controladas.

Os valores registrados de remuneração variável da Diretoria Executiva são a título de provisão, em acordo com as metas estabelecidas para o exercício. A Companhia não oferece remuneração variável para o Conselho de Administração.

A título de benefícios corporativos, os Diretores da Companhia fazem jus a automóvel, reembolso de despesas destes, seguro saúde e indenização por rescisão contratual. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estes benefícios totalizaram R\$ 712 mil, frente aos R\$ 511 mil do mesmo período do ano anterior.

A Companhia não oferece aos administradores, plano de benefício pós-exoneração e plano de participações em ações.

10. CRÉDITOS ELETROBRÁS

São créditos registrados em 2003, referentes ao reconhecimento pelo Poder Judiciário (com trânsito em julgado) do direito ao complemento da correção monetária do empréstimo compulsório da Eletrobrás e dos respectivos juros.

No âmbito da respectiva execução de sentença, em Dezembro de 2011, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região corroborou a apuração realizada pela Companhia, na medida em que lhe assegurou, além do crédito já reconhecido em 1ª instância (principal acrescido de juros remuneratórios), os créditos correspondentes aos juros moratórios.

O valor registrado pela Companhia reflete, portanto: (i) o direito já reconhecido pelo Judiciário; (ii) a forma de apuração apontada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região; (iii) laudo pericial homologado pelo Judiciário; e (iv) a previsão legal que permite à Eletrobrás pagar uma parcela da referida dívida com ações – critério que está sendo questionado pela Companhia nos tribunais superiores, mas que, por ora, demanda o registro de provisão para perda de R\$ 16.461 (R\$ 10.083 em 2011), resultando no registro complementar em 2012 de R\$ 6.378.

A atualização monetária é reconhecida mediante a aplicação da variação do IPCA-E.

A Companhia estima que o crédito seja efetivamente recebido em até três anos.

Abaixo quadro demonstrativo da evolução do saldo da conta:

Controladora e Consolidado

	Crédito Eletrobrás	Provisão para perdas	Total líquido
Saldo inicial	98.680	(10.083)	88.597
Atualização monetária	5.700	-	5.700
Provisão para perdas	-	(6.378)	(6.378)
Saldo final	104.380	(16.461)	87.919

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A Companhia possui ativos classificados como propriedades para investimentos, constituídos substancialmente por áreas de terras e florestas, de propriedade da controlada Tupy Agroenergética Ltda. O saldo contábil em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 4.574 (R\$ 4.189 em 2011), considerando o custo histórico como base para contabilização.

De acordo com avaliação feita em 2012 por empresa especializada, o possível resultado esperado na realização dos ativos aponta para uma faixa entre R\$ 29.057 (mínimo) e R\$ 54.310 (esperado).

12. INVESTIMENTOS

a. Composição dos investimentos

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Combinação de Negócios	Lucro do período	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
Em 31 de dezembro de 2012							
Investimentos em Controladas Diretas							
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	460.577	309.846	208.799	18.176	100,00	2.740	518.645
Technocast, S.A. de C.V.	373.278	337.265	163.591	19.072	100,00	7.064	500.856
Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.V.	9.791	1.909	-	399	100,00	399	1.909
Tupy American Foundry Co.	72.960	40.015	-	(1.402)	100,00	5.073	37.175
Tupy American Iron & Alloys Co.	3.098	2.957	-	(5)	100,00	239	2.957
Tupy Europe GmbH	76.619	50.605	-	5.400	100,00	8.064	47.526
Tupy Argentina S.R.L.	3.114	835	-	(436)	100,00	(499)	835
Tupy Agroenergética Ltda.	10.312	10.281	-	34	100,00	34	10.281
Sociedade Técnica de Fundições Gerais SA. - Sofunge "em liquidação"	2.419	2.015	-	(117)	100,00	(117)	2.015
						22.997	1.122.199

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Combinação de Negócios	Lucro do período	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
Em 31 de dezembro de 2011							
Investimentos em Controladas Diretas							
Tupy American Foundry Co.	78.592	31.070	-	5.230	100,00	5.230	32.102
Tupy American Iron & Alloys Co.	2.766	2.703	-	706	100,00	706	2.718
Tupy Europe GmbH	71.911	40.119	-	9.862	100,00	9.862	39.462
Tupy Argentina S.R.L.	3.275	1.724	-	(646)	100,00	(646)	1.334
Tupy Agroenergética Ltda.	10.247	10.274	-	929	100,00	929	10.247
Sociedade Técnica de Fundições Gerais SA. - Sofunge "em liquidação"	2.132	2.132	-	94	100,00	94	2.132
						16.175	87.995

(*) ajustados pelos lucros não realizados

b. Movimentação dos investimentos

Controladora

	2012	2011
Saldo inicial	87.995	75.686
Aquisição das empresas no México (nota 33)	710.298	-
Aumento de capital nas empresas no México (Nota 33)	203.568	-
Atualização AFAC	26.576	-
Resultado da equivalência patrimonial	22.997	16.175
Distribuição de lucros	-	(3.866)
Variação cambial de investidas no exterior	70.765	-
Saldo final	1.122.199	87.995

13. IMOBILIZADO

a. Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Imobilizações em andamento	Total
Custo							
Saldo em 01 de janeiro de 2011	1.199.393	153.534	8.748	17.486	8.765	207.843	1.595.769
Adições	-	-	-	-	-	256.260	256.260
Transferência para imobilizado em uso	117.587	16.502	-	4.171	188	(138.448)	-
Baixas	(11.486)	(993)	-	(467)	(637)	-	(13.583)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.305.494	169.043	8.748	21.190	8.316	325.655	1.838.446
Adições	-	-	-	-	-	175.693	175.693
Transferência para imobilizado em uso	289.569	41.130	-	6.069	358	(337.126)	-
Baixas	(22.671)	(152)	-	(405)	(37)	-	(23.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.572.392	210.021	8.748	26.854	8.637	164.222	1.990.874
Depreciação							
Saldo em 01 de janeiro de 2011	(536.800)	(84.013)		(11.018)	(8.068)		(639.899)
Depreciação no período	(74.254)	(4.058)		(2.073)	(125)		(80.510)
Baixas	10.395	593		455	636		12.079
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(600.659)	(87.478)		(12.636)	(7.557)		(708.330)
Depreciação no período	(87.663)	(4.514)		(1.764)	(135)		(94.076)
Baixas	22.080	152		396	37		22.665
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(666.242)	(91.840)		(14.004)	(7.655)		(779.741)
Valor contábil							
Em 31 de dezembro de 2011	704.835	81.565	8.748	8.554	759	325.655	1.130.116
Em 31 de dezembro de 2012	906.150	118.181	8.748	12.850	982	164.222	1.211.133

Consolidado	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Imobilizações em andamento	Total
Custo							
Saldo em 01 de janeiro de 2011	1.200.728	153.924	11.102	17.620	12.108	207.843	1.603.325
Adições	-	-	-	-	-	256.945	256.945
Transferência para imobilizado em uso	117.637	16.502	-	4.182	812	(139.133)	-
Baixas	(11.539)	(1.007)	-	(467)	(693)	-	(13.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.306.826	169.419	11.102	21.335	12.227	325.655	1.846.564
Adições	-	-	-	-	-	188.039	188.039
Transferência para imobilizado em uso	298.703	41.130	-	6.071	470	(346.374)	-
Aquisição das subsidiárias do México	751.447	182.762	27.239	535	1.088	17.638	980.709
Variação cambial	85.178	21.590	3.092	101	320	2.097	112.378
Baixas	(22.671)	(152)	-	(405)	(38)	-	(23.266)
Transferência para propriedades para investimento	-	-	-	-	(385)	-	(385)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.419.483	414.749	41.433	27.637	13.682	187.055	3.104.039
Depreciação							
Saldo em 01 de janeiro de 2011	(537.878)	(84.300)		(11.105)	(8.793)		(642.076)
Depreciação no período	(74.296)	(4.070)		(2.099)	(168)		(80.633)
Baixas	10.441	609		455	690		12.195
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(601.733)	(87.761)		(12.749)	(8.271)		(710.514)
Depreciação no período	(104.529)	(7.362)		(2.017)	(249)		(114.157)
Aquisição das subsidiárias do México	(559.203)	(90.232)		(429)	(354)		(650.218)
Variação cambial	(63.103)	(10.111)		107	(186)		(73.293)
Baixas	22.080	152		396	37		22.665
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.306.488)	(195.314)		(14.692)	(9.023)		(1.525.517)
Valor contábil							
Em 31 de dezembro de 2011	705.093	81.658	11.102	8.586	3.956	325.655	1.136.050
Em 31 de dezembro de 2012	1.112.995	219.435	41.433	12.945	4.659	187.055	1.578.522

O grupo de imobilizações em andamento compreende principalmente valores aplicados no aumento de capacidade da unidade de usinagem, em sustentação e modernização do parque industrial, em tecnologia da informação e em meio ambiente.

O total de adições ao imobilizado em 2012 totalizou R\$188.039 milhões, 26,8% inferior ao verificado no mesmo período de 2011.

	Controladora		Consolidado	
Adições no ativo imobilizado	2012	2011	2012	2011
Em expansão	104.415	135.133	109.035	135.133
Sustentação e modernização da capacidade operacional	54.367	94.843	61.536	95.528
Meio Ambiente	11.328	19.157	11.885	19.157
Juros e encargos financeiros	5.583	7.127	5.583	7.127
	175.693	256.260	188.039	256.945

A Companhia deprecia o imobilizado pelo método linear, utilizando as vidas úteis médias demonstradas a seguir:

	Vida útil média
Máquinas, instalações e equipamentos	15 anos
Edificações	35 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

b. Capitalização de juros e encargos financeiros

A Companhia reconhece como custo de formação dos ativos os juros e encargos financeiros incorridos durante o período de construção, para os ativos qualificáveis.

O montante registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$ 5.583 (R\$ 7.127 no mesmo período de 2011).

c. Garantias

Em 31 de dezembro de 2012, bens do ativo imobilizado do Brasil com valor contábil de R\$ 368.694 (R\$ 126.831 em 2011) encontram-se hipotecados para garantir empréstimos bancários de longo prazo.

d. Valores segurados

Os ativos imobilizados estão segurados contra incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. (nota 28)

14. INTANGÍVEIS

Consolidado	Ágio (Goodwill)	Relacionamento contratual com clientes	Acordo de não concorrência	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2012	-	-	-	-
Aquisição de controladas no México (Nota 33)	41.226	453.083	2.617	496.926
Variação cambial	-	51.088	295	51.383
Amortização	-	(33.603)	(388)	(33.991)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	41.226	470.568	2.524	514.318

Os ativos intangíveis, relacionamento contratual com clientes e acordo de não concorrência, provenientes de uma combinação de negócios (Nota 33), possuem vida útil definida de 10 anos e 5 anos respectivamente.

15. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Controladora e consolidado (R\$ mil)				
FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	Vencimento	Custo médio	2012	2011
Moeda Nacional				
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2018	TJLP + 2,76% a.a.	236.879	171.519
(b) BNDES Exim - Pré-embarque (PSI)	Jul/2015	6,97% a.a.	654.417	751.326
Finame (PSI)	Mar/2021	6,82% a.a.	16.306	8.116
Moeda Estrangeira				
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2016	VC + 5,86% a.a.	35.833	16.658
(c) Pré-pagamento de exportações	Set/2017	VC+ Libor + 3,79% a.a.	876.812	836.882
Capital de giro	Mar/2013	VC+ Libor + 1,90% a.a.	7.414	19.263
Resultado líquido de operações de SWAP	Fev/2012	VC+ 1,10% a.a.	-	(7.092)
Total de Fianciamentos e Empréstimos			1.827.661	1.796.672
Parcela de curto prazo			530.993	394.399
Parcela de longo prazo			1.296.668	1.402.273

Os vencimentos de longo prazo são como seguem:

Controladora e Consolidado		
Ano	2012	2011
2013	-	514.055
2014	175.299	138.881
2015	515.627	265.088
2016	301.140	250.722
2017	280.837	230.609
Após	23.765	2.918
	1.296.668	1.402.273

Os valores contábeis dos empréstimos aproximam-se dos valores justos.

a. Projeto de Expansão da Tupy S.A. – BNDES

Trata-se de financiamento para expansão obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratado em 15 de junho de 2009, no valor de R\$ 199.343, com prazo médio de 4,5 anos, e prevendo 89% de recursos com custos em reais e 11% em dólares norte americanos. As garantias são compostas por equipamentos fabris, hipoteca, fiança bancária e depósito caução de 12% do saldo devedor. (nota 4)

Em janeiro de 2012, a Companhia contratou novo empréstimo no montante de R\$ 195.934 junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na modalidade Finem, com prazo médio de 4,3 anos, dos quais, R\$ 127.094 foram liberados até 31 de dezembro de 2012, cuja finalidade é financiar investimentos, realizados e a realizar, entre 2011 e o primeiro trimestre de 2013.

O novo contrato prevê 83% de recursos com custos em Reais e 17% em Dólares norte americanos. As garantias são compostas por equipamentos fabris das unidades de Usinagem e de Blocos da planta de Joinville, SC. (nota 13 c)

b. BNDES Exim - Pré-embarque (PSI)

Em setembro e novembro de 2009 e em junho de 2010 a Companhia contratou com diversas instituições financeiras operações na modalidade BNDES Exim – Pré-Embarque do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), nos montantes de R\$ 299.217 e R\$ 250.000 respectivamente, que foram destinados à substituição de dívidas vincendas no curto prazo e reforço de caixa da Companhia. Os recursos contratados em 2009 e 2010 possuem prazo médio de 3 anos e amortização do principal em parcela única no final de cada contrato.

Em setembro e outubro de 2011, a Companhia contratou com diversas instituições financeiras, operações na modalidade BNDES Exim - Programa de Sustentação do Investimento (PSI), no montante de R\$ 200.000, que foram destinados à substituição de dívidas vincendas no curto prazo e reforço de caixa da Companhia. Os contratos possuem prazo médio de 2 anos e amortização do principal em parcela única no final de cada contrato.

Em junho e julho de 2012, a Companhia contratou com diversas instituições financeiras, operações na modalidade BNDES Exim - Programa de Sustentação do Investimento (PSI), no montante de R\$ 200.000, cujos valores foram liberados em julho e agosto de 2012. Tais recursos foram destinados à substituição de dívidas vincendas no curto prazo e reforço de caixa da Companhia. Os contratos possuem prazo total de 3 anos e amortização do principal em parcela única no final de cada contrato.

c. Pré-pagamento de exportações

Em setembro e outubro de 2011 foram contratadas operações de empréstimo no montante de US\$ 420 MM junto aos Bancos do Brasil, Itaú, Safra e Bradesco, todas com prazo médio de 4,5 anos. Tais recursos serão destinados para reforço de caixa e garantir o cumprimento de dívidas vincendas a partir de 2012.

Aproximadamente 55% dos contratos de financiamentos e empréstimos estão sujeitos ao cumprimento do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, e outros 8% estão sujeitos a demais índices financeiros, os quais compreendem: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro; Dívida Líquida/Patrimônio Líquido; Patrimônio Líquido/Ativo Total e Ativo Circulante/Passivo Circulante. Em 31 de dezembro, todos os índices financeiros estão sendo cumpridos.

EBITDA Ajustado: é o lucro líquido adicionado do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas.

Dívida líquida é a dívida bancária, líquida de caixa e equivalentes de caixa e aplicações de longo prazo.

16. FINANCIAMENTOS DE IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Em 31 de julho de 2003, a então controlada Tupy Fundições Ltda. formalizou pedido de adesão ao programa REFIS-PAES, previsto na Lei nº. 10.684/03, para recolhimento de débitos junto ao INSS, no montante de R\$ 58.379, que vem sendo amortizados em 120 parcelas mensais, corrigidas pela TJLP, sem constituição de qualquer forma de garantia por parte da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 7.491, divididos em 8 parcelas (R\$ 16.886 em 31 de dezembro de 2011).

17. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários	7.922	9.339	12.505	9.713
Provisão de férias e 13º salário	40.374	44.631	43.561	44.631
Encargos sociais	10.598	13.283	16.079	13.283
Programa de participação no resultado	20.475	18.810	24.657	18.810
Previdência privada	1.520	1.572	1.520	1.572
	80.889	87.635	98.322	88.009

O programa de participação dos empregados no resultado da Companhia é proporcional ao período aquisitivo e está atrelado a índices econômico/financeiros e operacionais e metas de desempenho individuais.

Em 2011 a Companhia instituiu plano opcional de previdência privada, para todos os empregados no Brasil. A modalidade do plano é o de contribuição definida onde para cada valor contribuído por empregado, limitado a um percentual estabelecido sobre a folha de pagamento, a Companhia contribui com igual valor.

18. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

A Controladora adquiriu empresas no México, as quais possuem obrigações de benefícios definidos. O objetivo dos planos de benefícios definidos é oferecer aos funcionários benefícios de aposentadoria, adicionais e complementares aos prestados por outros planos de aposentadoria ou pensão, públicos ou privados, adicionalmente a legislação mexicana também prevê outros benefícios definidos de prêmio por antiguidade e indenização legal.

Na data-base de 31 de dezembro de 2012, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. O passivo atuarial registrado em 31 de dezembro de 2012 totalizou R\$ 14.212 (R\$ 9.363 em 16 de abril de 2012, data de aquisição das empresas no México (Nota 33)).

Consolidado

	2012	2011
Obrigações registradas no balanço patrimonial com		
<i>Benefícios de planos previdenciários</i>		
Plano de pensão (a)	796	-
<i>Outros benefícios a empregados</i>		
Prêmio por antiguidade (b)	3.370	-
Indenização legal (c)	10.046	-

Consolidado

	2012	2011
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com		
<i>Benefícios de planos previdenciários</i>		
Plano de pensão (a)	1.596	-
<i>Outros benefícios a empregados</i>		
Prêmio por antiguidade (b)	943	-
Indenização legal (c)	3.526	-
Consolidado	6.065	-

Consolidado

	2012
Saldo inicial	
Aquisição de controladas no México (Nota 33)	9.363
Despesas reconhecidas no resultado	6.065
Contribuições da Companhia e ex-controladores	(1.216)
Consolidado	14.212

a. Plano de pensão

O plano de pensão é concedido a todos os funcionários de confiança a serviço da controlada Diesel Servicios Industriales, S.A. de C.V., onde as contribuições são integralmente pagas pela controlada. O benefício máximo será o equivalente a três meses de salário mais o equivalente a 20 dias de salário para cada ano trabalhado.

O funcionário pode solicitar esse benefício ao atingir 65 anos de idade e pelo menos 15 anos de serviço, ou antecipar a utilização do benefício aos 60 anos de idade e pelo menos 15 anos de serviço, mas terá o benefício reduzido em 5% para cada ano antecipado.

b. Prêmio por antiguidade

Os funcionários das empresas no México de acordo com a legislação local têm direito a um prêmio por antiguidade, quando do termino da relação de trabalho por morte ou invalidez, desligamento e saída da empresa após 15 anos ou aposentadoria.

O custo é coberto inteiramente pelas empresas do México e o montante a ser indenizado consiste em 12 dias de salário por ano de serviço, onde a indenização não pode ultrapassar mais do que dois salários mínimos para a zona econômica onde o serviço é prestado.

c. Indenização legal

Os funcionários das empresas no México de acordo com a legislação local tem direito a indenização legal quando do termino da relação de trabalho. O custo é coberto inteiramente pelas empresas do México e consiste em 3 meses de salário e mais o proporcional a 20 dias de salário por ano de serviço.

d. Resultado da avaliação atuarial

(i) Evolução do valor presente das obrigações

Consolidado

	Plano de Pensão	Prêmio por Antiquidade	Indenização Legal	Total
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Passivos assumidos em uma combinação de negócios (nota 33)	4.616	2.569	6.657	13.842
Custo do serviço corrente	210	158	266	634
Juros sobre obrigações atuariais	238	136	398	772
Benefícios pagos	(324)	(142)	(137)	(603)
Efeito de alterações financeiras	1.330	337	2.054	3.721
Variação cambial	560	312	808	1.680
Em 31 de dezembro de 2012	6.630	3.370	10.046	20.046

(ii) Evolução do valor justo dos ativos

Consolidado

	Plano de Pensão	Prêmio por Antiquidade	Indenização Legal	Total
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Ativos adquiridos em uma combinação de negócios (nota 33)	4.479	-	-	4.479
Retorno esperado sobre os ativos	215	-	-	215
Contribuições do empregador	-	142	137	279
Benefícios pagos	(324)	(142)	(137)	(603)
Contribuições de ex-controladores	937	-	-	937
Variação cambial	527	-	-	527
Em 31 de dezembro de 2012	5.834	-	-	5.834

(iii) Conciliação dos passivos reconhecidos no balanço

Consolidado

	Plano de Pensão	Prêmio por Antiquidade	Indenização Legal	Total
Passivos reconhecido por combinação de negócios (nota 33)				
Valor presente das obrigações	4.616	2.569	6.657	13.842
Valor justo dos ativos	(4.479)	-	-	(4.479)
	137	2.569	6.657	9.363

Em 31 de dezembro de 2012

Valor presente das obrigações	6.630	3.370	10.046	20.046
Valor justo dos ativos	(5.834)	-	-	(5.834)
	796	3.370	10.046	14.212

(iv) Custos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício

Consolidado

	Plano de Pensão	Prêmio por Antiquidade	Indenização Legal	Total
Custo dos serviços correntes	210	158	266	634
Juros sobre obrigações atuariais	238	136	398	772
Retorno esperado sobre os ativos	(215)	-	-	(215)
Efeito de alterações financeiras	1.330	337	2.054	3.721
Variação cambial	33	312	808	1.153
Em 31 de dezembro de 2012	1.596	943	3.526	6.065

(v) Hipóteses atuariais, econômicas e biométricas

Consolidado

	Plano de Pensão	Prêmio por Antiquidade	Indenização Legal
Taxa de desconto	6,50%	6,50%	6,50%
Retorno esperado sobre os ativos	6,50%	6,50%	6,50%
Taxa de crescimento salarial	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento do salário mínimo	4,25%	4,25%	4,25%
Tábua de mortalidade	Experiência mexicana de seguridade social ativos 2009		
Tábua de invalidez	Experiência mexicana		
Tábua de rotação	Experiência da empresa		

19. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

A Companhia possui processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões, no caso de perdas prováveis, suportadas por opiniões de assessores jurídicos.

As movimentações ocorridas no período no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 nas provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas e os respectivos saldos estão compostas da seguinte forma:

Controladora

PROVISÕES	2011	Adições	Atualizações	Baixas	Pagamentos	2012
Cíveis	71.471	-	7.484	-	-	78.955
Tributárias - PIS, COFINS, ICMS e IPI	10.154	-	131	-	-	10.285
Trabalhistas - Processos de ex-empregados	13.580	8.315	-	-	(6.903)	14.992
Previdenciárias - INSS (SEBRAE e RAT)	4.484	-	-	-	-	4.484
Depósitos judiciais vinculados	(8.650)	(1.012)	-	-	328	(9.334)
	91.039	7.303	7.615	-	(6.575)	99.382

Consolidado

PROVISÕES	2011	Adições	Atualizações	Baixas	Pagamentos	2012
Cíveis	71.930	-	7.484	-	-	79.414
Tributárias - PIS, COFINS, ICMS e IPI	10.197	-	131	-	-	10.328
Trabalhistas - Processos de ex-empregados	13.641	8.327	-	-	(6.903)	15.065
Previdenciárias - INSS (SEBRAE e RAT)	4.484	-	-	-	-	4.484
Depósitos judiciais vinculados	(8.849)	(1.022)	-	-	328	(9.543)
Consolidado	91.403	7.305	7.615	-	(6.575)	99.748

Em geral, as provisões de contingências da Companhia são de longo prazo. Considerando o tempo necessário para concluir os processos judiciais através do sistema judiciário brasileiro, é difícil fazer estimativas precisas sobre o ano específico que um processo judicial será concluído, por esse motivo a Companhia não está divulgando o fluxo de liquidação destes passivos.

As provisões acima descritas são atualizadas, principalmente, pela variação da taxa SELIC e IGPM e seus reflexos no resultado do exercício estão descritos na nota 22.

■ Cíveis

As provisões cíveis estão relacionadas aos honorários de êxito em processos fiscais e débito contingente proveniente de aquisição de controlada.

■ Processos de natureza tributária

Tratam-se de provisões relacionadas a processos administrativos fiscais que versam sobre determinados creditamentos adotados pela Companhia na apuração dos tributos ICMS, PIS e COFINS.

■ Processos de natureza trabalhista

São processos movidos por ex-empregados em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

■ Processos de natureza previdenciária

As provisões previdenciárias estão relacionados a supostos débitos decorrentes de divergências entre a declaração das contribuições previdenciárias (GFIP) e o respectivo pagamento (GPS). Tais

divergências decorrem de valores questionados pela Companhia e forma devidamente depositados em juízo.

Contingências com probabilidade de perdas possíveis

Não foram constituídas provisões para as contingências passivas cujo prognóstico, dos assessores jurídicos externos da Companhia, é de que são possíveis as chances de perda.

Controladora e Consolidado

	2012	2011
Créditos de PIS, COFINS e IPI / Processos de IRPJ e CSLL	82.751	77.527
Débitos quitados em anistia fiscal	63.212	42.624
Créditos de ICMS	32.287	25.758
Débitos fiscais prescritos	110.368	23.151
Processos de natureza previdenciária	69.495	64.290
Processos de natureza trabalhista	15.738	19.180
Processos de natureza cível	6.623	6.551
	380.474	259.081

■ **Créditos de PIS e COFINS / Processos de IRPJ e CSLL**

Processos de PIS e COFINS: Processos administrativos nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a Companhia pela utilização de créditos gerados nas aquisições de insumos nos períodos entre os anos de 2004 e 2011 (divergências na conceituação de insumos). A Companhia apresentou defesa administrativa demonstrando a pertinência dos creditamentos em atendimento à legislação tributária.

Processos de IRPJ e CSLL: Processos administrativos dos anos de 1994 e 2006 nos quais a Receita Federal do Brasil questiona, respectivamente, a determinação do lucro tributável, e a utilização do IRPJ estimativa. A Companhia apresentou defesa sustentando que a apuração fiscal foi realizada de forma adequada.

■ **Débitos quitados em anistia fiscal**

Débitos quitados pela Companhia mediante adesão a anistia fiscal da MP 470/09, nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a suposta incompatibilidade destes ao referido programa. A Companhia está pleiteando, em juízo, a homologação, diante da plena compatibilidade entre os débitos e anistia concedida.

■ **Créditos de ICMS**

Processos administrativos e judiciais, de iniciativa dos fiscos estaduais de São Paulo e de Santa Catarina, dos anos de 2009 a 2011, nos quais são questionados determinados creditamentos de ICMS realizados pelos estabelecimentos de Mauá e de Joinville. Em todos os processos, a Companhia tem demonstrado a pertinência dos creditamentos realizados em atendimento à legislação tributária.

■ Débitos fiscais prescritos

Cobranças fiscais administrativas e judiciais promovidas pela União relativa a supostas compensações de débitos com Crédito-Prêmio de IPI. A Companhia está se defendendo, arguindo a prescrição dos referidos débitos, nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores.

■ Processos de natureza previdenciária

Processos administrativos e judiciais, dos anos de 1998 e 2008, de iniciativa do fisco federal em razão de supostos débitos relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento e devidos por prestadores de serviço (responsabilidade subsidiária). Em todos os processos, a Companhia tem se defendido demonstrando que os procedimentos fiscais adotados estão em plena consonância com a legislação tributária.

■ Processos de natureza trabalhista

São processos movidos por ex-empregados em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

■ Processo de natureza cível

Contingência em que se discute a ocorrência de excesso de execução em demanda movida pela Companhia, relativamente à majoração indevida de tarifa de energia elétrica cobrada pela concessionária, em período de congelamento de preços, de fevereiro a novembro de 1986.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS, LÍQUIDOS

A composição dos créditos e débitos fiscais diferidos, originários de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as contas do balanço, está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	Variação	2012	2011	Variação
Passivo diferido						
Imobilizado - ajuste de avaliação patrimonial	61.121	68.103	(6.982)	61.121	68.103	(6.982)
Diferenças de taxas de depreciação	41.028	29.946	11.082	41.028	29.946	11.082
Imposto diferido sobre intangíveis (Nota 33)	-	-	-	141.928	-	141.928
Sub-total	102.149	98.049	4.100	244.077	98.049	146.028
Ativo diferido						
Contas a receber	1.863	1.495	368	1.863	1.495	368
Estoques	1.055	803	252	1.055	803	252
Impostos e contribuições a recuperar	5.592	14.826	(9.234)	5.592	14.826	(9.234)
Ferramentais de terceiros	3.405	2.631	774	3.405	2.631	774
Créditos Eletrobrás	5.597	3.428	2.169	5.597	3.428	2.169
Lucros não realizados nas subsidiárias	-	-	-	3.052	3.750	(698)
Prejuízos fiscais de exercício anteriores	-	-	-	2.454	-	2.454
Imobilizado - base fiscal (México)	-	-	-	41.534	-	41.534
Outros itens do ativo	7.193	5.217	1.976	7.193	5.217	1.976
Salários, encargos sociais e participações	6.962	6.395	567	6.962	6.395	567
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	36.963	33.894	3.069	40.139	33.894	6.245
Outros itens do passivo	4.795	5.426	(631)	4.795	5.426	(631)
Sub-total	73.425	74.115	(690)	123.641	77.865	45.776
Total líquido do passivo diferido	28.724	23.934	4.790	120.436	20.184	100.252

Para o ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, a Companhia elaborou estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração, o qual indica a plena recuperação destes tributos diferidos. A estimativa de realização futura, baseada na projeção de lucros da Companhia e na expectativa de realização efetiva das diferenças temporárias, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Ano	2012	2011	2012	2011
2012	-	21.048	-	21.048
2013	23.537	25.069	35.680	25.069
2014	6.016	26.012	9.477	26.012
2015	11.613	1.986	15.074	5.736
2016	6.016	-	9.477	-
2017	6.016	-	9.477	-
Após	20.226	-	44.454	-
	73.425	74.115	123.641	77.865

A controlada Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge (em liquidação) possui prejuízos fiscais de R\$ 56.138 (R\$ 56.053 em 2011) e bases negativas da contribuição social de R\$ 61.370 (R\$ 61.284 em 2011). No momento a Administração não vislumbra forma de realização, por esse motivo os respectivos créditos não estão registrados.

21. CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DIVIDENDOS

a. Capital social

O capital autorizado é limitado a R\$ 1.200.000, representado por ações ordinárias escriturais nominativas, sem valor nominal.

Do capital autorizado, acham-se subscritos e integralizados R\$ 537.051 (R\$398.395 em 31 de dezembro de 2011), representados por 114.277.500 ações ordinárias com direito a voto (57.138.750 ações em 2011, sendo 56.820.214 ações ordinárias com direito a voto, e 318.536 ações preferenciais sem direito a voto).

O Conselho de Administração da Companhia poderá aumentar o capital subscrito em montante que reputar conveniente e necessário.

A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou às pessoas que lhe prestem serviços ou à entidade sob seu controle. Até 31 de dezembro de 2012, não houve outorga de opção de compra de ações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto de saldos de reavaliações de ativos efetuados em 1990 nas contas de terrenos e edificações (R\$ 15.625) e em 2005 na conta de máquinas e equipamentos (R\$ 103.025), as quais foram admitidas como parte integrante do valor do custo dos respectivos bens. A

realização contra a conta de lucros acumulados ocorre na proporção da depreciação dos ativos correspondentes, quando aplicável.

Em 16 de abril de 2012, a Companhia realizou a aquisição de operações no México (Nota 33), as referidas operações operam em moeda funcional diferente da Controladora e das demais controladas. Em virtude da conversão das informações financeiras das operações no México para moeda de apresentação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram reconhecidos R\$ 70.765 a título de variação cambial sobre as controladas no México.

c. Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva para investimentos

É constituída em montante não inferior a 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, até o limite de 50% do capital social. O saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá exceder o valor do capital social.

Os saldos remanescentes de lucros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, após as destinações da reserva legal e dividendos, foram retidos para Reserva de lucros – Reserva para Investimentos, conforme disposição da Legislação Societária, de forma a ser aplicado nos projetos de investimentos, por proposta da Administração, com base no orçamento de capital a ser aprovado em assembleia de acionistas. Abaixo apresentamos a evolução da reserva de investimento em comparativo aos investimentos em expansão realizados pela Companhia.

	Constituição	Capitalização	Saldo	Expansão (*)
2007	46.963	-	46.963	-
2008	131.295	-	178.258	79.864
2009	98.886	-	277.144	65.776
2010	97.440	-	374.584	61.080
2011	125.014	-	499.598	135.133
2012	48.220	(138.656)	409.162	109.035
			409.162	450.888

(*) Referem-se a adições de ativo imobilizado para expansão da capacidade produtiva. (Nota 13).
Informações não auditadas para os anos de 2008, 2009 e 2010.

d. Destinação dos resultados

É assegurado aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A destinação do lucro do exercício de 2012, a ser submetida à Assembleia Geral dos Acionistas, comparada com a de 2011 é a seguinte:

Base de cálculo dos dividendos

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	66.357	203.384
Constituição de reserval legal (5%)	3.318	10.169
	63.039	193.215

Proposta de distribuição (*)

	2012	2011
Juros sobre o capital próprio bruto	21.041	48.016
Dividendos	7.331	36.472
	28.372	84.488

(*) Para ações em circulação na data do balanço

Alocação nas demonstrações financeiras

Dividendo mínimo obrigatório - Passivo circulante	2012	2011
Juros sobre o capital próprio bruto	18.916	48.016
Dividendos	-	7.490
	18.916	55.506

Excedente ao mínimo obrigatório - Patrimônio líquido	2012	2011
Juros sobre o capital próprio bruto adicionais propostos	2.125	-
Dividendos adicionais propostos	7.331	28.982
	9.456	28.982

Destinação do saldo da conta de lucros acumulados

Reserva para investimento	48.220	125.014
---------------------------	--------	---------

Valores unitários por ação	Ordinárias e Ordinárias Preferenciais	
	2012	2011
Juros sobre o capital próprio bruto	0,18412	0,84034
Dividendos	0,06415	0,63832
Total proposto para distribuição	0,24827	1,47866

Os dividendos propostos, líquidos dos efeitos fiscais na parcela paga a título de juros sobre o capital próprio (15% de IRRF), representam 40% do lucro líquido após as destinações legais.

O saldo destinado à reserva para investimento inclui a parcela de lucro do exercício não distribuída, no montante de R\$ 34.667 (R\$ 108.727 em 2011), adicionado da parcela de realização o ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 13.553 (R\$ 16.287 em 2011).

A Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2012 aprovou a capitalização de R\$ 138.656 de reservas para investimentos, elevando assim o Capital Social da Companhia para R\$ 537.051.

22. RECEITAS

Abaixo apresentamos a conciliação das receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas brutas	2.276.098	2.472.857	2.953.537	2.520.454
Devoluções e abatimentos	(45.145)	(33.728)	(57.578)	(33.728)
Receitas líquidas de devoluções e abatimentos	2.230.953	2.439.129	2.895.959	2.486.726
Impostos sobre vendas	(224.697)	(301.156)	(224.839)	(301.178)
Receitas	2.006.256	2.137.973	2.671.120	2.185.548
Receitas				
Mercado Interno	983.398	1.161.244	983.241	1.160.985
Mercado Externo	1.022.858	976.729	1.687.879	1.024.563
	2.006.256	2.137.973	2.671.120	2.185.548

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Abaixo apresentamos a composição dos custos e despesas por natureza, conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Matéria prima e materiais de processo	842.086	934.317	1.245.133	940.227
Materiais de manutenção e consumo	128.292	158.089	160.582	159.379
Salários e encargos	442.547	428.521	520.297	435.691
Programa de participação no resultado	26.627	19.163	28.027	19.163
Benefícios sociais	80.107	62.950	85.036	63.897
Energia elétrica	116.099	113.731	137.758	114.475
Depreciação	94.076	80.510	114.157	80.633
Fretes e comissões sobre vendas	76.286	69.234	95.049	81.103
Honorários da administração	4.598	5.190	4.598	5.190
Outros custos	16.500	18.026	29.509	22.109
	1.827.218	1.889.731	2.420.146	1.921.867
Custo dos produtos vendidos	1.679.433	1.731.772	2.211.858	1.745.632
Despesas com vendas	83.455	102.489	120.286	117.833
Despesas administrativas	59.732	50.280	83.404	53.212
Honorários da administração	4.598	5.190	4.598	5.190
	1.827.218	1.889.731	2.420.146	1.921.867

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamento bancário	(106.330)	(59.315)	(106.330)	(59.315)
Juros sobre financiamento tributário	(601)	(1.093)	(607)	(1.098)
Outras despesas financeiras	(4.803)	(1.446)	(6.909)	(4.169)
	(111.734)	(61.854)	(113.846)	(64.582)
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicação financeira	45.875	74.511	45.875	74.511
Juros sobre crédito Eletrobrás	5.700	8.396	5.700	8.396
Outras receitas financeiras	12.686	4.771	15.200	7.121
	64.261	87.678	66.775	90.028
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Variações cambiais líquidas	(44.272)	(6.392)	(40.186)	(4.144)
Variação monetária	515	43	899	43
	(43.757)	(6.349)	(39.287)	(4.101)
Total resultado financeiro	(91.230)	19.475	(86.358)	21.345

As receitas financeiras abrangem, principalmente, rendimentos auferidos em aplicações financeiras e atualizações de ativos que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros e variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos bancários, juros e variações monetárias sobre financiamento de impostos e encargos sociais, despesas bancárias e impostos sobre operações financeiras que são reconhecidos no resultado.

Os ganhos e perdas provenientes de variações cambiais sobre ativos e passivos em moeda estrangeira são reportados em uma base líquida.

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Constituição e atualização de provisões (nota 19)	(15.930)	(15.051)	(15.942)	(15.051)
Reversões de provisões	8.667	23.899	8.667	24.019
Depreciação de outros ativos	(1.659)	(1.953)	(1.659)	(1.953)
Baixa de bens do imobilizado	(452)	(1.170)	(453)	(1.184)
Despesas de paralisação	(12.496)	-	(12.496)	-
Despesas de demissões	(5.071)	-	(5.071)	-
Amortização de ativos intangíveis (nota 14)	-	-	(33.992)	-
Resultado na venda de inservíveis e na baixa de ferramentais de terceiros e outros	(4.224)	(14.906)	(1.040)	(12.600)
	(31.165)	(9.181)	(61.986)	(6.769)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos fiscais	79.640	274.711	102.630	278.257
Alíquota combinada de impostos	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota combinada	(27.078)	(93.402)	(34.894)	(94.607)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	7.819	5.500	-	-
Depreciação de ativos não operacionais	(564)	(664)	(564)	(664)
Juros sobre o capital próprio	7.154	16.325	7.154	16.325
Demais (adições) exclusões permanentes	(614)	914	2.093	3.297
Efeitos de diferença de alíquota em controladas	-	-	(10.062)	776
Efeitos fiscais lançados ao resultado	(13.283)	(71.327)	(36.273)	(74.873)

Composição do efeito fiscal lançado ao resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.493)	(61.784)	(37.114)	(66.598)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.790)	(9.543)	841	(8.275)
Efeitos fiscais lançados ao resultado	(13.283)	(71.327)	(36.273)	(74.873)

27. LUCRO POR AÇÃO

Abaixo o cálculo do lucro por ação Ordinária (ON) e Preferencial (PN) no exercício:

LUCRO POR AÇÃO	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	66.357	203.384
Média ponderada de ações em circulação	114.278	57.139
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,5807	3,5595

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera a natureza e o grau de riscos envolvidos, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros, e que a Administração entende como adequados.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Os riscos cobertos contemplam os seguintes itens e valores correspondentes:

	2012	2011
Prédios e edificações	273.175	77.378
Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	1.903.758	954.918
Estoques	234.105	130.279
Lucros cessantes	856.270	629.328
Responsabilidade civil	98.011	36.706

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia divulga as informações por segmento de negócio operacional, de acordo com aquelas informadas aos órgãos da administração para decisões sobre alocações de recursos e avaliações de desempenho, conforme descrito abaixo.

Produtos Automotivos – Fabricação, sob encomenda, de produtos fundidos e usinados, com elevado conteúdo tecnológico, tais como componentes para sistemas de propulsão (blocos e cabeçotes), freio, transmissão, direção, eixo e suspensão de veículos, para fabricantes mundiais de motores, automóveis de passeio, veículos comerciais (caminhões, ônibus e outros), máquinas de construção, tratores, máquinas agrícolas e geradores de energia.

Produtos Industriais - Fabricação de conexões de ferro maleável para a indústria da construção, granelhas de ferro e aço para a indústria de beneficiamento de mármore e granitos e perfis de ferro fundido para uso diversificado.

Informações referentes aos segmentos reportados estão demonstradas a seguir:

Conciliação de receitas, custos, despesas e o lucro líquido

Consolidado	Produtos Automotivos		Produtos Industriais		Total	
	2.012	2.011	2.012	2.011	2.012	2.011
Receitas (nota 22)	2.435.733	1.943.759	235.387	241.789	2.671.120	2.185.548
Custos e despesas, exceto depreciação (nota 23)	(2.128.355)	(1.656.684)	(177.634)	(184.550)	(2.305.989)	(1.841.234)
Outras despesas operacionais líquidas, exceto amortização de intangíveis (nota 25)	(27.471)	(6.643)	(523)	(126)	(27.994)	(6.769)
EBITDA (segundo a metodologia da Instrução CVM 527/12)	279.907	280.432	57.230	57.113	337.137	337.545
Depreciação e amortização	(139.355)	(72.551)	(8.794)	(8.082)	(148.149)	(80.633)
Resultado antes do resultado financeiro	140.552	207.881	48.436	49.031	188.988	256.912
Resultado financeiro líquido (nota 21)					(86.358)	21.345
Resultado antes dos tributos sobre o lucro					102.630	278.257
Imposto de renda e contribuição social (nota 26)					(36.273)	(74.873)
Lucro líquido do período					66.357	203.384

Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas

As receitas provenientes de clientes atribuídos ao país sede e a cada país estrangeiro e sua participação nas receitas totais da Companhia para o exercício, esta composta abaixo:

Consolidado

Receitas	2012	%	2011	%
Brasil - País Sede	983.241	36,8	1.160.985	53,1
Estados Unidos	760.494	28,5	403.625	18,5
México	400.558	15,0	193.275	8,8
Reino Unido	162.759	6,1	171.552	7,8
Itália	65.229	2,4	44.952	2,1
Canadá	62.791	2,4	7.714	0,4
Japão	44.690	1,7	32.614	1,5
Hungria	34.869	1,3	44.734	2,0
África do Sul	32.482	1,2	13.955	0,6
França	21.199	0,8	33.523	1,5
Argentina	19.198	0,7	12.189	0,6
Holanda	17.200	0,6	13.927	0,6
China	9.498	0,4	16.369	0,7
Outros países	56.912	2,1	36.134	1,8
Total	2.671.120	100,0	2.185.548	100,0

Clientes relevantes responsáveis por mais de 10% das receitas totais da Companhia

A Companhia possui um portfólio diversificado de clientes nacionais e internacionais. No segmento de produtos automotivos existem clientes que individualmente representam mais de 10% das receitas consolidadas, conforme informações abaixo:

Consolidado - R\$ mil

Receitas	2012	%	2011	%
Produtos Automotivos				
Cliente A	490.686	18,4	306.180	14,0
Cliente B	392.252	14,7	397.329	18,2
Demais clientes de produtos automotivos	1.552.795	58,1	1.240.250	56,7
Total Produtos Automotivos	2.435.733		1.943.759	
Produtos Industriais	235.387	8,8	241.789	11,1
Total das receitas	2.671.120	100,0	2.185.548	100,0

A distribuição das vendas do segmento de produtos industriais é bastante pulverizada.

Conciliação dos custos e despesas por segmento

Consolidado	Produtos Automotivos		Produtos Industriais		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Matéria prima e materiais de processo	1.161.516	859.624	83.617	80.603	1.245.133	940.227
Materiais de manutenção e consumo	148.212	143.404	12.370	15.975	160.582	159.379
Salários e encargos	480.218	392.021	40.079	43.670	520.297	435.691
Programa de participação no resultado	25.868	17.242	2.159	1.921	28.027	19.163
Benefícios sociais	78.486	57.492	6.550	6.405	85.036	63.897
Energia elétrica	127.146	103.001	10.612	11.474	137.758	114.475
Depreciação	105.363	72.551	8.794	8.082	114.157	80.633
Frete e comissões sobre vendas	75.429	59.336	19.620	21.767	95.049	81.103
Honorários da administração	4.244	4.670	354	520	4.598	5.190
Outros custos	27.236	19.894	2.273	2.215	29.509	22.109
	2.233.718	1.729.235	186.428	192.632	2.420.146	1.921.867

Conciliação de ativos e passivos

Consolidado	Produtos Automotivos		Produtos Industriais		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
ATIVO						
Contas a receber, líquidas (nota 5)	215.734	233.227	28.953	36.448	244.687	269.675
Estoques (nota 6)	243.916	173.920	46.919	48.341	290.835	222.261
Ferramentais de terceiros	58.875	25.006	59	38	58.934	25.044
Títulos a receber e outros	27.202	17.346	5.168	7.514	32.370	24.860
Imobilizado (nota 12)	1.539.821	1.103.764	38.701	32.286	1.578.522	1.136.050
Intangível	514.318	-	-	-	514.318	-
Outros ativos não alocados					1.081.588	1.742.090
Total ativo consolidado	2.599.866	1.553.263	119.800	124.627	3.801.254	3.419.980

Consolidado	Produtos Automotivos		Produtos Industriais		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
PASSIVO						
Fornecedores	230.176	142.026	24.363	23.500	254.539	165.526
Impostos e contribuições	16.021	6.444	638	11	16.659	6.455
Salários, encargos sociais e participações (nota 15)	90.781	79.336	7.541	8.673	98.322	88.009
Adiantamentos de clientes	64.114	40.114	9.654	14.210	73.768	54.324
Títulos a pagar e outros	52.617	18.422	6.523	6.504	59.140	24.926
Imposto diferido sobre intangíveis	141.928	-	-	-	141.928	-
Outros passivos não alocados					1.971.043	1.984.109
Patrimônio líquido					1.185.855	1.096.631
Total passivo consolidado	595.637	286.342	48.719	52.898	3.801.254	3.419.980

Os ativos e passivos dedicados são alocados diretamente aos segmentos e para aqueles de uso comum, utilizam-se critérios conforme sua aplicabilidade ou origem. Por não estarem diretamente relacionados à operação, a Companhia não aloca aos segmentos reportados os ativos de caixa e equivalentes de caixa, impostos e contribuições a recuperar e diferidos, depósitos judiciais e outros e investimentos em outras empresas. Do lado do passivo, pelo mesmo motivo, não são alocados os financiamentos e empréstimos, financiamentos de impostos e encargos sociais, dividendos, provisões, impostos diferidos e outros passivos de longo prazo

30. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM NO CAIXA

A Companhia realizou transações que não impactaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa. Os montantes destas transações somaram R\$ 2.657 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 11.798 em 31 de dezembro de 2011).

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Consolidado		Controladora		Consolidado	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	Nota explicativa	2012	2011	2012	2011
Balço Patrimonial					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	3	439.225	1.408.433	660.437	1.421.085
Contas a receber	5	132.237	219.671	244.687	269.675
Títulos a receber e outros ativos financeiros		30.829	25.344	32.370	24.860
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	4	20.437	24.192	20.437	24.192
Créditos Eletrobras	10	87.919	88.597	87.919	88.597
Investimentos em instrumentos patrimoniais		666	1.364	3.953	1.364
Passivos financeiros ao custo amortizado					
Fornecedores		145.966	165.243	254.539	165.526
Financiamentos e empréstimos	15	1.827.661	1.796.672	1.827.661	1.796.672
Financiamento de impostos e encargos sociais	16	7.491	16.886	7.491	16.886
Dividendos e juros sobre capital próprio		18.916	55.506	18.916	55.506
Títulos a pagar e outros passivos financeiros		42.671	20.660	59.140	24.926
Passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	32	13.034	-	13.034	-

Consolidado		Controladora		Consolidado	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA		2012	2011	2012	2011
Juros reconhecidos					
Empréstimos e recebíveis (*)		45.534	72.586	42.807	72.586
Passivos financeiros ao custo amortizado		(106.671)	(57.962)	(108.214)	(57.962)
Ganhos e perdas líquidas reconhecidas no resultado					
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		1.250	2.542	1.250	2.542
Passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado		(32.082)		(32.082)	

(*) Inclui a provisão para perdas com recebíveis (nota 5)

32. GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO

32.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos riscos financeiros inerentes a sua operação, sendo originados em riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional. A referida exposição é monitorada por controles

internos, e pode demandar a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigação de seus riscos.

a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, aplicações financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado de forma consolidada.

Para o risco de crédito de recebíveis de clientes são estabelecidos limites de crédito para cada cliente e os riscos são administrados por critérios específicos de análise de crédito que incluem uma análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$3.068 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.925 em 31 de dezembro de 2011), que representa 1,2% (31 de dezembro de 2010 – 0,7%), do saldo de contas a receber consolidado em aberto nessa data, que demonstra a estimativa de perdas com relação às contas a receber de clientes cujos critérios estão mencionados na nota 5.

A Companhia não detém nenhuma garantia de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração deste risco é de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa equivalentes a 92% dos seus compromissos bancários de curto prazo. Além disso, a Companhia administra sua carteira de aplicações observando critérios de concentração em instituições financeiras, além de seus ratings globais.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

Consolidado	Fluxo de caixa contratual					
	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total do fluxo
PASSIVOS FINANCEIROS						
Financiamentos e empréstimos	118.386	531.176	198.805	1.191.797	95.490	2.135.654
Instrumentos financeiros derivativos	13.034	-	-	-	-	13.034
Fornecedores e Títulos a pagar e outros	313.679	-	-	-	-	313.679
Dividendos a pagar	18.916	-	-	-	-	18.916
Financiamento de encargos sociais	5.619	1.872	-	-	-	7.491
	469.634	533.048	198.805	1.191.797	95.490	2.488.774

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Além disso, a Companhia apresenta geração de caixa suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamento futuro.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar as exposições a estes riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de moeda

A Controladora e suas controladas, exceto as operações no México, estão sujeitas ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional, o Real. As principais transações em moeda estrangeira são predominantemente denominadas em dólares (US\$).

As receitas de exportações possuem caráter de proteção cambial, em contraparte aos empréstimos e financiamentos em moedas estrangeira, porém, devido a volatilidade cambial e os diferentes prazos de realização de ativos e exigibilidade de passivos. A Companhia avalia mensalmente se a exposição cambial é superior a média de três meses de faturamento de exportação da Controladora e caso a Administração entenda necessário, efetua a contratação instrumentos financeiros com o objetivo de limitar a exposição ao risco de taxa de câmbio.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira está demonstrada a seguir:

Consolidado

ATIVO	Nota explicativa	2012	2011
Caixa e aplicações financeiras no exterior	3	374.149	186.119
(-) Caixa e aplicações financeiras no exterior - México		(190.396)	-
Clientes no mercado externo	5	183.696	155.762
(-) Clientes no mercado externo - México		(77.664)	-
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Notional</i>	32 (e)	449.570	281.370
		739.355	623.251

PASSIVO

Empréstimos em moeda estrangeira	15	(920.059)	(872.803)
Outros valores		(22.549)	(22.624)
		(942.608)	(895.427)

Exposição líquida com impacto no resultado

Em R\$ mil	(203.253)	(272.176)
Em US\$ mil	(99.463)	(145.099)

A exposição cambial passiva da Companhia cujos impactos de variações são alocados ao resultado, em 31 de dezembro de 2012 era de US\$ 99.463 mil, equivalente a aproximadamente três meses de exportações da Controladora, conforme definido na política de exposição cambial da Companhia.

Adicionalmente, as operações da Companhia no México possuem moeda funcional o dólar e possuem limitada exposição ao peso mexicano. Para fins de apresentação da posição consolidada da Companhia, os ativos e passivos financeiros das controladas mexicanas não estão sendo consideradas como redutor ou aumento da exposição cambial da Companhia, porque os impactos de variação cambial originários desses ativos e passivos não são registrados no resultado e sim no resultado abrangente (patrimônio líquido). A política da Companhia é de proteção dos impactos de variação cambial no resultado.

Consolidado

Exposição líquida com impacto no resultado abrangente	2012	2011
Em R\$ mil	649.020	-
Em US\$ mil	317.602	-

Exposição líquida total		
Em R\$ mil	445.767	(272.176)
Em US\$ mil	218.139	(145.099)

Análise de sensibilidade da Exposição Cambial

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio, de acordo com a instrução normativa CVM nº 475, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável estimado pela Companhia. Esta análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL CONTÁBIL	Risco	Cenário		Cenário	
		Divulgado	Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Taxa do dólar	Alta do Dólar	2,0435	2,00	2,50	3,00
Posição ativa		739.355	723.616	904.520	1.085.425
Posição passiva		(942.608)	(922.543)	(1.153.178)	(1.383.814)
Exposição líquida (R\$ mil)		(203.253)	(198.926)	(248.658)	(298.390)
Exposição líquida (US\$ mil)		(99.463)	(99.463)	(99.463)	(99.463)
Impacto Potencial (R\$ mil)		-	4.327	(45.405)	(95.137)

A simulação considerou uma desvalorização do real frente ao dólar norte americano, em relação ao cenário provável indicado pela Companhia.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em variações de taxas de juros, sobre as aplicações e empréstimos bancários afetando de forma direta as contas de resultados. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação e alocação de recursos financeiros, conforme segue:

Consolidado - Valor contábil

	Nota explicativa	2012	2011
Instrumentos de taxa variável			
Ativos financeiros	3, 4	304.328	1.256.275
Passivos financeiros	15	1.156.938	1.037.230
Instrumentos de taxa fixa			
Ativos financeiros	3	374.149	186.119
Passivos financeiros	15	670.533	750.110

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros variável e fixa

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósitos Bancários), atrelados a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A simulação considera, uma redução na taxa de juros CDI, de acordo com a instrução normativa CVM nº 475, na qual a variação do risco é avaliada com oscilação de 25% e 50% em relação ao cenário provável estimado pela Companhia.

A Companhia possui também Empréstimos Financeiros atrelados à TJLP (Projeto de Expansão da Tupy - BNDES), cuja elevação na taxa de juros conforme instrução normativa CVM nº 475, frente ao cenário provável, provocaria uma perda potencial de até R\$ 541 ao ano.

Risco da Taxa de Juros		Consolidado			
Instrumentos de Taxa Variável (MI)	Risco	Cenário			
		Divulgado	Provável I	Cenário II	Cenário III
	Redução Taxa de Juros (CDI - % a.a.)	7,03	7,03	5,27	3,52
Aplicações financeiras		304.328	304.328	304.328	304.328
Impacto Potencial		-	-	(5.088)	(10.319)
	Elevação Taxa de Juros (TJLP - % a.m.)	0,46	0,46	0,57	0,69
Empréstimos e financiamentos		236.879	236.879	236.879	236.879
Impacto Potencial		-	-	(270)	(541)

A Companhia possui aplicações financeiras no exterior com taxas fixas, porém, impactadas pelas condições macroeconômicas e sujeitas a oscilações. A simulação considera oscilação de 25% e 50% para menos na taxa de juros, conforme instrução normativa CVM Nº 474, reduzindo a rentabilidade sobre as aplicações financeiras, com impacto potencial máximo de R\$ 821 ao ano.

Da mesma forma, a Companhia também possui risco de taxa de juros em seus financiamentos e empréstimos em moeda estrangeira, vinculados à variação da Taxa Libor. Simulando uma oscilação de 25% e 50% para mais sobre o cenário provável, o impacto potencial seria de R\$ 1.508 e R\$ 3.017 ao ano, respectivamente.

		Consolidado			
		Cenário			
Instrumentos de Taxa Fixa (ME)	Risco	Divulgado	Provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações	Redução Taxa de Juros Dólar (Taxa pré USD % a.a.)	0,45	0,45	0,34	0,23
Ativos Financeiros		374.149	374.149	374.149	374.149
Impacto Potencial		-	-	(410)	(821)
Empréstimos e Financiamentos	Elevação Taxa de Juros (Libor - % a.a.)	0,69	0,69	0,86	1,03
Passivos Financeiros		884.226	884.226	884.226	884.226
Impacto Potencial		-	-	(1.508)	(3.017)

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo produtivo, principalmente as sucatas, o ferro gusa, as ligas metálicas, o coque e a energia elétrica. Essas oscilações de preços podem provocar alterações nos custos da Companhia. A Companhia adota uma estratégia de monitoramento dos mesmos para refletir, em seus preços de venda, as eventuais oscilações de preços dos insumos.

d. Risco operacional

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos e danos à reputação além de buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implantação de controles para riscos operacionais é exercida por uma área centralizada de Controles Internos sob a gestão da alta administração.

e. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros e monitora suas obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela estrutura de gerenciamento de risco.

A Companhia e suas controladas não têm como política contratar operações financeiras de caráter especulativo, entretanto operam instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteger determinados ativos e/ou passivos contra variações, principalmente, em função das oscilações da taxa de câmbio.

Com o objetivo de manter o nível de exposição cambial em patamares compatíveis com seus negócios, no período de janeiro a março de 2012 a Companhia efetuou três operações de contratação e renovação de swap de troca de moedas nos valores de US\$ 150 milhões (janeiro e março) e de US\$ 300 milhões (fevereiro) todas com prazos inferiores 30 dias. Das operações que se iniciaram e encerraram no primeiro trimestre, a Companhia registrou ajuste líquido a pagar de R\$ 13.082.

Em 31 de março de 2012, a Companhia mantinha provisionado um ajuste a receber de R\$ 11.475, (R\$ 7.092 em 31/12/2011) cuja liquidação ocorreu em 02 de abril de 2012, pelo valor líquido recebido de R\$ 11.480.

No último trimestre de 2012, a Companhia contratou operações de compra de dólares na modalidade NDF (*Non Deliverable Forward*) negociadas com instituições financeiras e registradas na Cetip cujo valor de referência totalizava US\$ 220 milhões (R\$ 449.570), sendo que em 31 de dezembro de 2012 as respectivas operações apresentavam um valor justo a pagar de R\$ 13.033 com vencimento em 8 de fevereiro de 2013. As operações derivativas não possuem garantia.

32.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Administração da Companhia acompanha a relação entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio do capital, a Companhia monitora o cumprimento de índices financeiros em contratos de financiamentos e empréstimos.

A relação de capital próprio versus capital de terceiros, ao final de cada período, é apresentada a seguir:

Consolidado		
	2012	2011
Capital próprio (Patrimônio líquido)	1.185.855	1.096.631
Total do passivo exigível	2.615.399	2.323.349
Caixa e equivalentes de caixa	(660.437)	(1.421.085)
Capital de terceiros	1.954.962	902.264
Relação capital próprio versus capital de terceiros	0,61	1,22

32.3 Valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (redução ao valor recuperável) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação e os valor contabilizado para os instrumentos financeiros derivativos, é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos financiamentos e empréstimos em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 1.867.662.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

As aplicações financeiras e os instrumentos financeiros derivativos estão mensurados a seu valor justo de acordo com o nível 2.

32.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contas a Receber				
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Risco baixo	116.310	201.365	228.760	242.369
Risco moderado	14.678	16.983	14.678	16.983
Risco alto	1.249	1.323	1.249	1.323
Total do contas a receber	132.237	219.671	244.687	260.675
Caixa e equivalentes de caixa				
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's)				
AAA	54.014	862.460	248.152	866.693
AA+	385.211	545.973	410.612	554.392
Outros	-	-	1.673	-
	439.225	1.408.433	660.437	1.421.085
Outros ativos financeiros	51.932	50.900	56.760	50.416
	623.394	1.679.005	961.884	1.732.176

Qualidade dos créditos dos ativos financeiros:

Os valores de contas a receber de clientes apresentam as seguintes classificações de risco:

- Risco baixo, clientes do segmento automotivo, exceto clientes que já apresentaram perdas históricas
- Moderado, clientes do segmento industrial, exceto clientes que já apresentaram perdas históricas
- Alto, clientes que possuem saldos provisionados e perdas históricas.

Os demais ativos financeiros mantidos pela Companhia, principalmente contas-correntes e aplicações financeiras, são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

33. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 16 de abril de 2012, a Controladora adquiriu 100% do capital social das empresas Cifunsa Diesel, S.A. de C.V. (razão social posteriormente alterada para Tupy México Saltillo, S.A. de C.V.) e Technocast, S.A. de C.V. e as respectivas sociedades prestadoras de serviços, localizadas no México, nas cidades de Saltillo e Ramos Arizpe, voltadas à produção de blocos e cabeçotes de ferro fundido utilizados na fabricação de motores para veículos de passeio e comerciais, máquinas agrícolas e de construção, motores para geração de energia, além de outros produtos de fundição.

A transação foi concretizada por valor equivalente a US\$ 497,9 milhões (R\$ 913,9 milhões) divididos da seguinte forma:

- US\$ 439,0 milhões pelas empresas, sem caixa e sem dívida;
- US\$ 56,2 milhões pelo saldo de caixa existente na data de sua aquisição;
- US\$ 2,7 milhões pelo ajuste de preço de aquisição (setembro 2012)

Os intangíveis identificados na combinação de negócio totalizaram R\$ 360.216, líquido do imposto diferido, os quais são atribuíveis à base adquirida de clientes, acordos de não concorrência e à perspectiva de lucratividade futura (goodwill).

A demonstração consolidada do resultado da Companhia inclui o montante de R\$ 633.611, de receitas geradas pelas empresas Tupy México Saltillo, S.A. de C.V. e Technocast, S.A. de C.V. Essas empresas também contribuíram com lucro líquido de R\$ 10.203 mil no mesmo período.

A demonstração consolidada do resultado *pro forma* apresentaria receita *pro forma* de R\$ 2.911.632 e lucro *pro forma* de R\$ 58.189. As informações da receita e do lucro foram obtidas mediante ajustes efetuados a partir da demonstração do resultado consolidado, fazendo refletir os impactos da aquisição como se esta tivesse ocorrido no dia 1º de janeiro de 2012, cujos detalhes estão refletidos nas Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* da Tupy S.A. (Não auditada).

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir as empresas e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo reconhecidos de forma definitiva devido a combinação de negócios.

	Saltillo, S.A. de C.V.	Technocast, S.A. de C.V.	TOTAL
Em 16 de abril de 2012			
Caixa em US\$ mil (valor da transação)	222.000	217.000	439.000
Caixa em US\$ mil (saldo de caixa na data da transação)	27.554	28.636	56.190
Em 17 de setembro de 2012			
Ajuste de preço de aquisição	5.717	(2.984)	2.733
Total da contraprestação em US\$ mil	255.271	242.652	497.923
Taxa de conversão em 16 de abril de 2012	1,8344	1,8344	1,8344
Taxa de conversão em 17 de setembro de 2012	2,0139	2,0139	2,0139
Total da contraprestação em R\$ mil	469.287	444.579	913.866
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos			
Caixa e equivalentes de caixa	54.880	55.640	110.520
Contas a receber	71.714	19.221	90.935
Estoques	43.331	14.656	57.987
Ferramentais de terceiros	28.636	-	28.636
Impostos e contribuições a recuperar	18.785	13.217	32.002
Títulos a receber e outros	7.028	1.225	8.253
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.252	18.887	53.139
Ativo imobilizado	128.155	202.336	330.491
Outros Investimentos	3.185	-	3.185
Fornecedores	(64.576)	(22.545)	(87.121)
Impostos e contribuições	(12.236)	(1.342)	(13.578)
Adiantamento de Clientes	(16.846)	(2.210)	(19.056)
Salários, encargos sociais e participações	(9.555)	(1.907)	(11.462)
Títulos a pagar e outros - Circulante	(8.146)	(8.545)	(16.691)
Obrigações de benefícios de aposentadoria (nota 18)	(7.953)	(1.410)	(9.363)
Títulos a pagar e outros - Não Circulante	(3.672)	(555)	(4.227)
Total de ativos líquidos identificáveis	266.982	286.668	553.650
Ativos Intangíveis Identificados:			
(a) Relacionamento contratual com clientes	242.801	210.282	453.083
(b) Acordo de não concorrência	2.617	-	2.617
Imposto diferido sobre intangíveis identificados	(73.625)	(63.085)	(136.710)
Sub Total	171.793	147.197	318.990
Goodwill			
(c) Lucratividade futura (incluído em intangíveis)	30.513	10.713	41.226
Total do Intangível	202.306	157.910	360.216
TOTAL	469.288	444.578	913.866

O valor contratual bruto dos recebíveis adquiridos em 16 de abril de 2012 era de R\$ 91.794 para o qual a estimativa de perda por não realização é de R\$ 814, e cujo valor justo monta de R\$ 90.935.

Como parte da liquidação da contraprestação, foi contemplado o montante de R\$ 203,6 milhões (US\$ 110,9 milhões) a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Em 31 de julho de 2012, referido adiantamento foi convertido em Capital nas empresas do México.

O ágio reconhecido não será dedutível para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social.

a. Relacionamento contratual com clientes

Intangível identificado na carteira de clientes recebida por ocasião da aquisição. O valor foi calculado com base na expectativa mínima de manutenção desta carteira, mediante aplicação da metodologia MEEM (*Multi-period excess earnings method*), que compreendeu período de 10 anos, que significa o prazo mínimo projetado para a manutenção do relacionamento comercial com os clientes absorvidos e foi considerada uma taxa de desconto de 13%. A amortização será realizada de forma linear, sendo integral caso algum relacionamento seja interrompido ao longo deste período.

b. Acordo de não concorrência

Intangível identificado em acordo assinado entre as partes (comprador e vendedores) onde os vendedores se comprometem não investir em negócios envolvendo os produtos produzidos nas empresas objeto da transação por período de 05 anos. O valor foi calculado aplicando a metodologia da avaliação do negócio em cenários de eventual competição, comparando com cenário sem competição e a avaliação da probabilidade de que a competição pudesse ocorrer.

c. Lucratividade futura (Ágio)

Intangível representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição e montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, gerado substancialmente por sinergias esperadas. Referido ágio será testado anualmente para verificar perdas por *impairment*. Caso perdas por *impairment* sejam identificadas os valores revertidos serão reconhecidas com despesa. O ágio gerado nessa combinação de negócio esta alocado integralmente no segmento de produtos automotivos.

34. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos para aquisição de ativos de longa duração (imobilizado e intangível), gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos no montante de R\$ 4.250.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Migração da Companhia para Novo Mercado

Em 8 de fevereiro de 2013, a Assembleia Geral aprovou a migração da Tupy S.A. para o segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”). O Novo Mercado é o segmento de negociação de ações de emissão de sociedades anônimas com o mais elevado padrão de governança corporativa no Brasil, que visa proporcionar um ambiente de negociação que estimule, ao mesmo tempo, o interesse dos investidores e a valorização das companhias.

A efetiva migração da Companhia para o Novo Mercado está sujeita à análise e aprovação prévia da BM&FBOVESPA e assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado.

b. Conversão das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias

Em razão das exigências constantes do Regulamento do Novo Mercado, a Assembleia Geral e a Assembleia Especial aprovaram em 8 de fevereiro de 2013, nos termos do §1º do art. 136 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 ação preferencial para 1 ação ordinária (“Conversão”).

c. Desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia

Em 8 de fevereiro de 2013, a Assembleia Geral aprovou o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, de forma que 01 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia foi desdobrada em 02 (duas) ações ordinárias, passando o capital social da Companhia a ser representado por 114.277.500 (cento e quatorze milhões, duzentas e setenta e sete mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (“Desdobramento”), já considerando as ações preferenciais convertidas em ações ordinárias.

As novas ações advindas do Desdobramento conferiram aos seus titulares os mesmos direitos das ações ordinárias que já possuíam.

O Desdobramento tem como objetivo reduzir o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia negociadas na BM&FBOVESPA, a fim de atrair número ainda maior de investidores e estimular a negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia. A base acionária poderá ser ampliada e o volume de negociações tende a aumentar, possibilitando maior liquidez às ações ordinárias de emissão da Companhia.

d. Reforma do estatuto social da Companhia

Com a aprovação das deliberações mencionadas nos itens acima, a Assembleia Geral aprovou a reforma do estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”): (i) adaptou às determinações do Regulamento do Novo Mercado; (ii) aumentou o limite do capital autorizado da Companhia, passando a ser de até R\$ 1.200.000; e (iii) alterou a quantidade de ações que representam o capital social da Companhia, tendo em vista o Desdobramento.

e. Novos empréstimos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia renovou operações de compra de NDF – *Non Deliverable Forward* em janeiro de 2013, cujo valor de referência é de US\$135 milhões, com prazo final de até 77 dias, e vencimento final em 09 de abril de 2013.

Em fevereiro de 2013, a Companhia renovou as seguintes operações: Compra de NDF, no valor de referência de US\$60 milhões, com prazo de 48 dias, e vencimento final em 21 de março de 2013; compra de NDF, no valor de referência de US\$60 milhões, com prazo de 61 dias, e vencimento final em 22 de abril de 2013.

Em março de 2013, a Companhia renovou as seguintes operações: Compra de NDF, no valor de referência de US\$25 milhões (valor original US\$ 50 milhões), com prazo de 60 dias, e vencimento final em 06 de maio de 2013 e realizou nova Compra de NDF, no valor de referência de US\$60 milhões, com prazo de 61 dias, e vencimento final em 20 de maio de 2013.

Em 25 de fevereiro de 2013 e 18 de março de 2013, a Companhia contratou com instituições financeiras, operações na modalidade BNDES Exim - Programa de Sustentação do Investimento (PSI), no montante de R\$ 125.000. Tais recursos foram destinados à substituição de dívidas vincendas no curto prazo e reforço de caixa da Companhia. Os contratos possuem prazo total de 3 anos e amortização do principal em parcela única no final de cada contrato.